CÂMARA MUNICIPAL DE MARAPOAMA

ESTADO DE SÃO PAULO - CNPJ Nº 71.746.101/0001-54

PROTOCOLO Nº 040/26
C.M. de Marapoama, em 30/04/26

REQUERIMENTO nº 11 ,2026

Autora: Rosileide Alves dos Santos – Partido - Podemos

Assunto: Solicitação de informações sobre impacto financeiro para possível reajuste e valorização dos Conselheiros Tutelares.

Aprovado em Discussão única
C.M. de Marapoama, em 04/05/26
Carlos José Bortolozzo - Presidente

SENHOR PRESIDENTE,

Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Douto Plenário, na forma regimental, que seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, para que encaminhe a esta Casa de Leis estudo de impacto financeiro e orçamentário referente à eventual concessão de reajuste remuneratório e revisão de referências dos Conselheiros Tutelares do Município de Marapoama.

Requer-se, ainda, que sejam encaminhadas as seguintes informações:

I- Valor atual da remuneração dos Conselheiros Tutelares;

II- Existência de estudo técnico ou planejamento para reajuste da categoria;

III- Percentual ou estimativa de impacto na folha de pagamento em caso de revisão salarial;

IV- Disponibilidade orçamentária atual para eventual adequação remuneratória;

V- Previsão de inclusão de eventual reajuste na Lei Orçamentária Anual ou instrumentos equivalentes.

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Tutelar exerce função essencial à proteção integral de crianças e adolescentes, conforme previsto no Estatuto da Criança e Adolescente, sendo responsável por atuação contínua e de elevada complexidade social.

Diante da relevância função, torna-se imprescindível que qualquer discussão acerca de valorização da categoria esteja amparada em dados concretos de impactos financeiros e planejamento orçamentário, garantindo transparência, responsabilidade fiscal e adequada gestão dos recursos públicos.

Ressalta-se, ainda, que conforme relatos de conselheiros tutelares, teriam sido assumidos compromissos em período eleitoral no sentido de valorização da categoria, o que reforça a necessidade de que o Poder Executivo apresente informações técnicas e orçamentárias claras sobre a viabilidade e eventual implementação dessas medidas.

O presente requerimento busca assegurar que o Poder Legislativo tenha acesso às informações necessárias para acompanhamento e avaliação da política de valorização da categoria, sem comprometer o equilíbrio financeiro do município.

Reiterando sempre, as mais nobres estimas ao Douto Plenário, e ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal.

Plenário João Teodoro de Mattos, 30 de abril de 2026.

Rosileide Alves dos Santos

Vereadora - Podemos